

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS. .
INFORME BRASIL Nº 29/2012

Período: 18/08/2012 – 24/08/2012

GEDES – Brasil

- 1- Morte de Anísio Teixeira é investigada pela Comissão de Memória e Verdade da Universidade de Brasília
- 2- Base Aérea de Brasília realiza mostra de produtos de defesa e segurança
- 3- Capes irá financiar projeto sobre blindagem balística
- 4- Empresa russa também concorrerá pela compra de caças para a FAB
- 5- Visita do papa ao Brasil poderá mobilizar até 20 mil homens das Forças Armadas
- 6- O debate sobre o uso das Forças Armadas na segurança de grandes eventos
- 7- Operação Ágata 5 possui especialistas em combate às drogas
- 8- Jornal comenta ação Cívico-Social da Marinha
- 9- Artigo de opinião sobre o caso Herzog e a extensão da Lei da Anistia
- 10- Militares terão reajuste salarial e servidores do HFA rejeitam proposta
- 11- Militares impedem invasão no Palácio do Planalto

1- Morte de Anísio Teixeira é investigada pela Comissão de Memória e Verdade da Universidade de Brasília

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Comissão de Memória e Verdade da Universidade de Brasília (UnB) investiga a morte de Anísio Teixeira, ex-reitor da faculdade, morto em 1971, durante o regime militar (1964-1985). Segundo a versão oficial, divulgada pelos militares na época, Teixeira morreu ao cair acidentalmente no poço do elevador do prédio onde morava seu amigo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, no Rio de Janeiro. Já na nova versão, apresentada pelo professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e biógrafo de Teixeira, João Augusto de Lima Rocha, à Comissão, o ex-reitor teria morrido a pancadas após ter sido sequestrado e levado a uma base da Aeronáutica para sessões de tortura. Lima Rocha baseou-se nos depoimentos do ex-governador da Bahia, Luís Viana Filho, e do docente Afrânio Coutinho. Após o desaparecimento de Teixeira, sua família teria acionado Viana Filho em busca de auxílio para encontrá-lo. Agentes do Rio de Janeiro teriam informado o ex-governador de que Teixeira fora detido na Aeronáutica. Por sua vez, Coutinho disse ter presenciado a necropsia do corpo do ex-reitor, que apresentava quase todos os ossos quebrados, o que seria um indicativo de tortura. Um dos integrantes da Comissão, o professor José Otávio Nogueira Guimarães, do Departamento de História da UnB, afirmou que “os depoimentos revelados até agora confirmam que a hipótese de ele [o ex-reitor] ter sido morto pelos ditadores é plausível”. O *Correio* lembrou em uma cronologia que, nove dias após a instauração do regime militar, em abril de 1964, tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais invadiram a UnB sob a alegação de investigar denúncias de “subversão e indisciplina”. No episódio, 12 professores foram presos para interrogatório. No mesmo mês, o regime extinguiu o mandato de Teixeira, nomeando para o cargo de reitor o médico Zeferino Vaz,

então diretor da Faculdade de Medicina Ribeirão Preto. Para justificar a mudança na reitoria, o governo militar se baseara em relatórios do Sistema Nacional de Informação, que concluíam que “chegou-se a preparar, no próprio campus, a mobilização da luta armada”. Sobre a versão oficial da morte de Teixeira, a 10ª delegacia do Rio de Janeiro, responsável pela investigação do caso, chegou a registrar a ocorrência como suspeita. Os policiais achavam improvável que o ex-reitor tivesse caído no poço de um elevador, devido à posição em que o corpo foi encontrado, o estado de decomposição do cadáver, o fato de o chão estar limpo e de ninguém tê-lo visto entrar no prédio. Na época, o jornal *Última Hora* chegou a publicar que “alguém matou e colocou ali o cadáver de Anísio Teixeira”. Sobre a Comissão de Memória e Verdade da UnB, o *Correio* relembrou a importância de suas reportagens para a criação da Comissão, que teria como intenção contribuir com informações consistentes para levantar o que ocorreu na UnB durante o regime e complementar o trabalho da Comissão da Verdade Nacional. (*Correio Braziliense* – 18/08/12)

2- Base Aérea de Brasília realiza mostra de produtos de defesa e segurança
Segundo o jornal *Correio Braziliense*, a Base Aérea de Brasília realizou, a partir do dia 18/08/12, a primeira mostra de produtos de defesa e segurança fabricados no Brasil e que fazem parte da Base Industrial de Defesa (BID), incluindo aeronaves, radares, o Veículo Aéreo Não Tripulado (Vant), viaturas militares blindadas, embarcações pneumáticas, entre outros. Os produtos foram apresentados pela Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Simde) e pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). No dia 19/08/12, o *Correio* evidenciou que muitas empresas, por conta de uma redução tributária anunciada, estariam firmando parcerias estrangeiras e regionais. O jornal ainda citou o ministro da Defesa, Celso Amorim, ao ressaltar a importância de uma indústria forte de defesa no Brasil, a fim de que o país tenha uma política consistente na área. (*Correio Braziliense* – 18/08/12; *Correio Braziliense* - 19/08/12)

3- Capex irá financiar projeto sobre blindagem balística
Conforme publicado pelo jornal *Correio Braziliense*, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) irá financiar um projeto de nome “Desenvolvimento de materiais funcionais para blindagem balística”, que visa promover avanços científicos sobre blindagem balística e agregar conhecimento para a área bélica no Brasil. O projeto terá duração de quatro anos e oferecerá quatro bolsas de mestrado, quatro de doutorado e quatro de pós-doutorado para os pesquisadores, por meio de uma verba que totaliza R\$ 600 mil. Além disso, algumas empresas do ramo já apoiam o projeto, que deverá ajudar no incremento da defesa nacional e da segurança pública. São três as universidades da região Sul envolvidas: a Universidade do Estado de Santa Catarina (Unesc), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). De acordo com o periódico, o país não possui, atualmente, pesquisas sobre blindagem balística, e depende, assim, de tecnologia externa, no entanto, o aprimoramento da técnica de blindagem é considerado um feito brasileiro. A pesquisa, além do benefício que poderá trazer às Forças Armadas, poderá

ainda possibilitar empregos, renda e produtos voltados à população civil. (Correio Braziliense – 18/08/12)

4- Empresa russa também concorrerá pela compra de caças para a FAB

Conforme noticiado pelo *Correio Braziliense*, a empresa russa Sukhoi estaria preparando uma proposta de concorrência na licitação para compra de novos caças para a Força Aérea Brasileira (FAB), o chamado Projeto FX-3, já que a validade do Projeto FX-2 expira no final de 2012. A fabricante deverá oferecer o modelo T-50 PAK-FA, que foi desenvolvido em parceria com a Índia. As empresas da atual licitação são a norte-americana Boeing, da sueca Saab e da francesa Dassault. (Correio Braziliense – 19/08/12)

5- Visita do papa ao Brasil poderá mobilizar até 20 mil homens das Forças Armadas

Segundo publicação do periódico *O Estado de S. Paulo*, a vinda do Papa Bento XVI ao Brasil, que ocorrerá em julho de 2013, deverá mobilizar entre 12 mil e 20 mil homens somente das Forças Armadas. Destes, participarão equipes do Esquadrão Antiterror da Brigada de Forças Especiais do Exército, atiradores de precisão da Força Aérea e mergulhadores de combate da Marinha, além das Polícias Civil, Federal e Militar. A operação durará cinco dias e, durante o período de chegada e partida do Papa, o espaço aéreo será fechado. Conforme *O Estado*, esta será o segundo episódio de um “longo ciclo” de investimento em segurança, iniciado com o evento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), ocorrida em junho de 2012, e que também engloba a Copa das Confederações, em 2013, a Copa do Mundo, em 2014, e as Olimpíadas, em 2016. No total, o investimento estimado será de R\$ 1,5 bilhão. (*O Estado de S. Paulo – Vida – 19/08/12*)

6- O debate sobre o uso das Forças Armadas na segurança de grandes eventos

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Ministério da Defesa publicou no Diário Oficial da União uma portaria que regulamenta o emprego temporário das Forças Armadas (FA) na segurança de grandes eventos, quais sejam: a Copa das Confederações (2013), a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo (2014), e as Olimpíadas (2016). O documento trata de questões como defesa aeroespacial, defesa em áreas marítimas e portuárias, ataques cibernéticos, terrorismo, e ataques por agentes biológicos e nucleares. Além disso, a portaria autoriza o uso de aeroportos militares para embarque e desembarque de passageiros e cargas civis. Atualmente, a segurança desses eventos é de responsabilidade do Ministério da Justiça, ou seja, compete à Polícia Federal (PF). Entretanto, a greve desses servidores, que se iniciou no dia 08/08/12, trouxe à presidenta da República, Dilma Rousseff, o temor de que possa haver novas paralisações semelhantes que afetem a organização dessas festividades. Segundo a *Folha* e o *Correio Braziliense*, haveria um debate a respeito da possibilidade de transferência do comando da segurança desses eventos aos militares, que estariam menos propensos a greves. Apesar disso, a portaria não menciona nada a respeito dessa possível substituição. Por

outro lado, a Federação Nacional dos Policiais Federais enviou, no início de agosto, ao ministro da Justiça José Eduardo Cardozo um documento no qual critica o uso da Defesa na segurança pública. O ministério da Defesa, por sua vez, afirmou que é natural que a segurança fique sob responsabilidade do ministério da Justiça e que caiba às FA questões diretamente ligadas à Defesa. Já, de acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a presidenta decidiu privilegiar o papel das FA, em detrimento da PF, na segurança desses eventos, e a portaria recém-publicada seria o primeiro movimento em direção a isso. Segundo o *Estado*, Rousseff estaria convicta de que os policiais federais em greve agiram com o intuito de atemorizar a sociedade e, por isso, teme que ocorram incidentes que possam prejudicar a segurança desses grandes eventos, como o caso da tentativa de protesto desses policiais durante a Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20). Ainda de acordo com *O Estado*, a presidência pretenderia ainda substituir o dirigente da Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos (Sesge), atualmente na pessoa do delegado da PF, Vladinho Jacinto Caetano, por um representante do Ministério da Defesa. Os secretários estaduais de Segurança, por sua vez, prepararam um manifesto que condena a militarização da segurança pública e que defende que a Sesge seja mantida sob o comando da Polícia Federal e do Ministério da Justiça. O secretário de Segurança do estado de Mato Grosso do Sul, Wantuir Jacine, afirmou que o aparato da segurança pública perderia uma oportunidade de melhorar se ocorresse a transferência de comando da Sesge para a Defesa. Segundo dados da Sesge, as Forças Armadas, que são treinadas para a guerra e, portanto, para a eliminação de inimigos, não estão aptas a trabalhar com segurança pública. Esse seria o papel das polícias militar, civil, federal e rodoviária. De acordo com um relatório produzido pela PF após o evento Rio+20, as FA não estariam capacitadas para lidar com o público, ao contrário da polícia, que é treinada para usar a força apenas em última instância. O documento defende ainda que a “a imagem causada pela presença de militares nas ruas não é compatível com o momento histórico brasileiro. A solidez das instituições democráticas não se coaduna com a presença de tropas nas ruas, o que mais lembraria países em conflito, que não é o caso do Brasil”. (Correio Braziliense – 23/08/12; Folha de S. Paulo – Poder – 22/08/12; O Estado de S. Paulo – Nacional– 22/08/12)

7- Operação Ágata 5 possui especialistas em combate às drogas

Conforme noticiado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, pela primeira vez uma equipe de prevenção integrou a operação militar Ágata 5, responsável pelo combate aos seguintes crimes nas fronteiras brasileiras: contrabando, tráfico de drogas, e transporte de veículos roubados ao exterior. Três especialistas em dependência química foram agregados a um grupo, que, juntamente com militares, tem a intenção de “dificultar a formação de mão de obra para o tráfico na região e alertar para o risco das drogas”. O grupo promove palestras aos mais variados públicos, entre eles autoridades, profissionais da saúde, crianças e adolescentes. A proposta seria atingir localidades distantes. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 19/08/12)

8- Jornal comenta ação Cívico-Social da Marinha

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a embarcação Auxiliar Pará, pertencente à Marinha brasileira, apesar de não ser um navio-hospitalar, conta com uma equipe de 80 marinheiros, oito oficiais, médicos e dentistas, para que seja possível a realização periódica das Ações Cívico-Sociais (Aciso), promovidas pela instituição. Em sua última missão, em julho de 2012, esteve em 7 cidades da região Norte do país durante 14 dias e promoveu 933 atendimentos médicos e 366 odontológicos. Dentre essas ações foi destacada a realização de mamografias em mulheres da região como forma de identificar o câncer de mama. No período, 37 mulheres foram examinadas por um único radiologista da Marinha, o que demonstra a carência regional. As ações da Força foram as primeiras a aceitarem estudantes universitários voluntários ligados ao projeto Rondon, que visa a integração social e possui um caráter mais educativo do que assistencialista. (*O Estado de S. Paulo – Vida – 19/08/12*)

9- Artigo de opinião sobre o caso Herzog e a extensão da Lei da Anistia

Em artigo de opinião para o jornal *Correio Braziliense*, o jurista Josemar Dantas realizou uma reflexão sobre a extensão da Lei da Anistia (1979) aos “agentes repressores e a grupos insurrectos que torturaram ou executaram prisioneiros”. Dantas destacou que a Lei protege os beligerantes, que tem seus crimes qualificados apenas como crimes políticos, absolvendo-os, assim, de responsabilidade penal. O jurista defendeu a investigação dos perpetradores de tortura e citou o caso da Argentina como um bom exemplo na região sul-americana de punição dos responsáveis por torturas e excessos. Lembrou, por outro lado, o caso do jornalista Vladimir Herzog, dentre outros semelhantes, assassinado pelas forças de repressão do regime militar brasileiro (1964-1985) em 1975, após passar por sessões de tortura perpetrados por agentes do governo. Na ocasião, os autores do crime tentaram fazer parecer à opinião pública que Herzog havia se enforcado. Nesse sentido, Dantas questionou a decisão tomada pelo Brasil frente à exigência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), quando esta requereu abertura de inquérito sobre a morte de Herzog. O governo brasileiro alegou não poder reabrir as investigações, pois o caso estava encerrado pela Lei da Anistia, mas o colunista afirmou que a decisão descumpriu o que fora determinado pela Convenção Americana de Direitos Humanos, de 1969 (Pacto de San José), e pela Convenção de Genebra sobre Tratamento de Prisioneiros de Guerra, de 1949. Ao aceitar e referendar os tratados, o Brasil os teria internalizado, passando a compreendê-los sob os mesmos efeitos da lei do país, da maneira que é determinado pelo artigo 5º, parágrafo 3 da Constituição Federal. Dessa forma, o jurista afirmou que a não reabertura das investigações representaria descumprimento da Carta Magna. (*Correio Braziliense – 20/08/12*)

10- Militares terão reajuste salarial e servidores do HFA rejeitam proposta

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a presidenta da República Dilma Rousseff mostrou irritação diante das negociações entre os representantes das carreiras de Estado (aqueles que têm salários acima de R\$10 mil) e o Ministério do Planejamento sobre a questão dos reajustes

salariais. Segundo Rousseff, é inconcebível que esses funcionários, chamados por ela de “sangues azuis”, e que já teriam sido beneficiados por reajustes no governo do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não aceitem a proposta de 15,8% divididos em 3 anos. Assim que, no mês de agosto, o governo já cortou o ponto de mais de 11 mil servidores em greve. No que diz respeito aos militares, Rousseff afirmou que uma parcela do Orçamento de 2013 já estaria reservada para o reajuste da categoria. Segundo a presidenta, os rendimentos das Forças Armadas, quando comparados aos da elite dos servidores do Executivo, está abaixo do razoável. A questão, que deve ser resolvida até o dia 31/08/12, consiste em determinar somente se esses ganhos incidirão sobre os salários ou sobre as gratificações dos militares. Entretanto, os servidores do Hospital das Forças Armadas (HFA), que estão em greve há 53 dias, rejeitaram a proposta do Executivo. De acordo com o representante do HFA no Sindicato dos Servidores Públicos Federais (Sindsep), Humberto Oliveira, sua reivindicação consiste em cerca de 30% de reajuste. No dia 23/08/12, o periódico *Correio Braziliense* afirmou que o governo brasileiro, em conjunto com o ministro da Defesa, Celso Amorim, estaria trabalhando para o término do projeto que prevê o aumento do salário dos militares a partir de 2013. O jornal noticiou que as informações do projeto devem ser divulgadas no dia 31/08/12, data em que a proposta do Orçamento do ano de 2013 possivelmente será encaminhada para o Congresso. O *Correio* destacou que a data foi escolhida visando evitar a manifestação de civis que estão em greve, “pois o aumento dos militares deverá ser mais vantajoso que os 15,8% oferecidos aos demais servidores”. Foi destacado que, no ano de 2011, os comandos das três forças “fizeram um estudo descrevendo a situação remuneratória da caserna e a distorção em relação a outras carreiras do Executivo”, além de informar que os ministérios do Planejamento e da Defesa estariam negociando o aumento de salários desde o início de 2012. O periódico evidenciou que a maior remuneração bruta atual dos membros das forças é a do “tenente brigadeiro-do-ar Francisco Joseli Parente Camelo, com R\$ 26.132,55, pouco abaixo do teto do funcionalismo público, de R\$ 26.723,13”, e afirmou que a remuneração bruta de cada comandante das três Forças é de R\$ 11,4 mil, sendo composta, “além do soldo, por adicionais como tempo de serviço, cursos, local de atuação e habilitações”. Segundo o *Correio*, alguns servidores da Aeronáutica entraram em greve até que as novas informações de aumento dos salários sejam divulgadas. Alguns dados divulgados pelo jornal são de que o “soldo de um recruta é de R\$ 492, abaixo do salário mínimo de R\$ 622 (...) Um sargento recebe R\$ 2,3 mil, um segundo tenente, R\$ 4,6 mil e um capitão de aeronáutica R\$ 8,5 mil”. (*Correio Braziliense* – 22/08/12; *Correio Braziliense* – 23/08/12)

11- Militares impedem invasão no Palácio do Planalto

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Exército auxiliou a Polícia Militar a evitar uma tentativa de invasão ao Palácio do Planalto, no dia 22/08/12, por cerca de 7000 trabalhadores rurais que participavam de um protesto o qual, segundo a *Folha*, reivindicava “a reforma agrária como política de desenvolvimento ‘justo, popular, solidário e sustentável’”. (*Folha de S. Paulo* – Poder – 23/08/12; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 23/08/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC), Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista Fapesp).